



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Ficha de unidade curricular

Curso de Direito

Unidade curricular

Direito da União Europeia (Turma A)

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Prof. Doutor Eduardo Paz Ferreira (2h semanais)

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Prof. Doutor Renato Gonçalves (2h semanais)  
Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues (4h semanais)  
Prof. Doutor Miguel Sousa Ferro (4h semanais)  
Prof. Doutor Marco Capitão Ferreira (4h semanais)

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Dotar os estudantes de um conhecimento básico da história da integração europeia, do quadro institucional da União Europeia, das fontes do direito da União Europeia e de algumas áreas fundamentais do ordenamento jurídico europeu. Os estudantes devem ficar capacitados para interpretar e aplicar as normas de direito da UE, nomeadamente na sua articulação com o direito nacional, e reconhecendo o papel fundamental e as especificidades da jurisprudência europeia.

Conteúdos programáticos

I. Introdução

1. Apresentação da cadeira
  - 1.1. Porquê estudar Direito da União Europeia
  - 1.2. Programa da cadeira
  - 1.3. Materiais de estudo
  - 1.4. Aulas práticas
  - 1.5. Avaliação
2. Cooperação intergovernamental e integração
  - 2.1. Teorias da integração económica
  - 2.2. Cooperação v. integração: teoria política
  - 2.3. Organizações europeias intergovernamentais: OCDE, Conselho da Europa...
  - 2.4. Integração e cooperação no seio da União Europeia: os três pilares da UE e sua evolução
  - 2.5. Natureza jurídica da União Europeia

II. História, enquadramento geral e ponto da situação da integração europeia

3. Pré-história da integração europeia: impérios e sonhos
4. Projeto de integração europeia
  - 4.1. Contextualização histórica e económica
  - 4.2. CECA
  - 4.3. Comunidade Europeia de Defesa
  - 4.4. Comunidade Europeia de Energia Atómica
  - 4.5. CEE
5. Evolução dos tratados
  - 5.1. Tratados originais
  - 5.2. Tratado de fusão



- 5.3. Ato Único Europeu
- 5.4. Tratado de Maastricht
- 5.5. Tratado de Amesterdão
- 5.6. Tratado de Nice
- 5.7. (Constituição para a Europa)
- 5.8. Tratado de Lisboa
  
- 6. Alargamentos da União Europeia
- 6.1. Os alargamentos oficiais, suas vicissitudes e contrapartidas
- 6.2. A redução do território da UE
- 6.3. O alargamento silencioso
- 6.4. Anteriores e atuais pedidos de adesão
- 6.5. Relação da UE com a Associação Europeia de Livre Comércio
- 6.6. O “BREXIT” e o artigo 50.º do TFUE: perspetivas futuras

### III. Introdução ao sistema institucional da UE

- 7. As instituições da UE e sua evolução
- 7.1. Comissão Europeia
- 7.1.1. Composição e modo de nomeação
- 7.1.2. Independência
- 7.1.3. Poderes
- 7.1.4. Monopólio de iniciativa legislativa
- 7.1.5. Guardiã dos Tratados
- 7.1.6. Organização e funcionamento
- 7.1.7. O Alto Representante para os Negócios Estrangeiros
- 7.2. Conselho Europeu
- 7.2.1. Composição e evolução histórica
- 7.2.2. Poderes e funções
- 7.3. Conselho da União Europeia (Conselho de Ministros)
- 7.3.1. Composição e formações
- 7.3.2. Poderes e funções
- 7.3.3. Regras de deliberação
- 7.4. Parlamento Europeu
- 7.4.1. Composição e evolução histórica
- 7.4.2. Poderes e funções
- 7.5. Tribunal de Justiça da União Europeia
- 7.5.1. Tribunal de Justiça, Tribunal Geral e Tribunal da Função Pública
- 7.5.2. Composição dos tribunais
- 7.5.3. Competência do Tribunal Geral
- 7.5.4. Competência do Tribunal de Justiça
- 7.6. Banco Central Europeu
- 7.6.1. O BCE e o Sistema Europeu de Bancos Centrais
- 7.6.2. Composição e independência
- 7.6.3. Funções monetárias e consultivas
- 7.7. Outras instituições e órgãos – breve referência
- 7.7.1. Tribunal de Contas Europeu
- 7.7.2. Comité Económico-Social e Comité das Regiões
- 7.7.3. Provedor de Justiça e Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF)
- 7.7.4. Banco Europeu de Investimento
- 7.7.5. Serviço de ação externa
- 7.7.6. Agências europeias

### IV. O Direito da UE – princípios e fontes

- 8. Princípios fundamentais da União Europeia



- 8.1. Princípio democrático
- 8.2. Princípio da liberdade económica
- 8.3. Princípio da coesão económica e social e solidariedade
- 8.4. Princípio da não discriminação
- 8.5. Princípio da cooperação leal
- 8.6. Princípio da especialidade
- 8.7. Princípio da subsidiariedade
- 8.8. Competências exclusivas, partilhadas e de apoio: delimitação constitucional da transferência de soberania dos Estados-membros
  
9. Fontes do Direito da UE
  - 9.1. Direito primário
    - 9.1.1. Tratados europeus e protocolos
    - 9.1.2. Processo de revisão dos tratados
  - 9.2. Direito secundário: atos nominados e inominados
  - 9.3. Regulamentos
    - 9.3.1. Aplicabilidade direta e imediata
    - 9.3.2. Consequências na ordem jurídica nacional
  - 9.4. Diretivas
    - 9.4.1. Força obrigatória e destinatários
    - 9.4.2. Liberdade de escolha de meios e formas de transposição
    - 9.4.3. Efeito direto vertical ascendente
  - 9.5. Decisões
  - 9.6. Princípios gerais de direito
  - 9.7. Direito internacional
    - 9.7.1. Tratados celebrados pela União com terceiros
    - 9.7.2. Tratados celebrados pelos Estados membros entre si ou com terceiros
    - 9.7.3. Atos de organizações internacionais
  - 9.8. Acordos interinstitucionais
  - 9.9. Jurisprudência
  - 9.10. Doutrina
  
10. Primado do Direito da UE
  - 10.1. Origem jurisprudencial do primado
  - 10.2. Fundamento
  - 10.3. Âmbito
  - 10.4. Consequências na ordem jurídica interna
  - 10.5. O primado e o direito constitucional
  - 10.6. O limite do primado
  
11. Aplicabilidade direta e efeito direto
  - 11.1. Aplicabilidade direta de regulamentos e decisões
    - 11.1.1. Importância e consequências
    - 11.1.2. Proibição de normas nacionais sobrepostas
  - 11.2. Efeito direto de normas dos Tratados e de Diretivas
    - 11.2.1. Origem jurisprudencial do efeito direto
    - 11.2.2. Requisitos do efeito direto
    - 11.2.3. Efeito direto vertical ascendente
    - 11.2.4. Ausência de efeito direto horizontal e modos de colmatar esta lacuna
    - 11.2.5. Conceito amplo de Estado
  
- V. Garantia jurisdicional do Direito da UE
  
12. Tribunais nacionais como tribunais comuns da UE
  - 12.1. Obrigação de aplicação do Direito da UE pelos tribunais nacionais
  - 12.2. Exemplos de contextos em que pode ser invocado o Direito da UE perante tribunais nacionais



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- 12.3. Cooperação entre tribunais nacionais e a Comissão Europeia
- 12.4. Relação entre tribunais nacionais e o TJUE
- 12.5. Mecanismo das questões prejudiciais (processo de reenvio)

### 13. Contencioso perante o TJUE e TGUE

- 13.1. Ação por incumprimento
- 13.2. Recurso de anulação
- 13.3. Recurso por omissão
- 13.4. Ação de indemnização

## VII. Liberdades de circulação de mercadorias, serviços e capitais e cidadania

### 14. Liberdade de circulação de mercadorias

- 14.1. Abolição de tarifas e impostos à circulação interna
- 14.2. Medidas de efeito equivalente
- 14.3. Exceções – restrições permitidas
- 14.4. Desenvolvimento jurisprudencial

### 15. Liberdade de circulação de serviços

- 15.1. Conceito de serviço, prestador de serviços e beneficiário de serviço
- 15.2. Direito primário da livre circulação de serviços
- 15.3. Diretiva Bolkenstein
- 15.4. A liberdade de prestação de serviços por advogados

### 16. Liberdade de circulação de capitais – breve referência

### 17. Cidadania europeia e liberdades económicas

### 18. Schengen e Europa Social

## VIII. União Económica e Monetária

### 19. A UEM

- 19.1. Introdução histórica
- 19.2. Mecanismos fundamentais da União Económica
- 19.3. Mecanismos fundamentais da União Monetária: o Euro
- 19.4. O Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) e suas revisões
- 19.5. O Tratado Orçamental
- 19.6. A regulamentação europeia de âmbito orçamental: o six-pack e o two-pack

## IX. Política de concorrência

### 20. Introdução ao direito europeu da concorrência

- 20.1. Práticas anticoncorrenciais coletivas
- 20.2. Práticas anticoncorrenciais unilaterais
- 20.3. Relação com direito nacional da concorrência
- 20.4. Esquema institucional de aplicação

### 21. Regime dos auxílios de Estado

- 21.1. Justificação e objetivos do regime
- 21.2. Normas primárias e secundárias
- 21.3. Proibição, exceções e isenções
- 21.4. Procedimento de controlo de auxílios de Estado
- 21.5. Consequências da atribuição ilegal de auxílios de Estado e mecanismos de reação dos particulares



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

#### Metodologias de ensino (avaliação incluída)

A exposição introdutória da matéria nas aulas teóricas apostará na promoção do diálogo e reflexão, sendo complementada pelo trabalho de análise de um conjunto previamente selecionado de documentos e acórdãos do TJUE nas aulas práticas. Espera-se que os alunos preparem previamente os documentos que serão analisados em cada aula.

A avaliação contínua será estruturada do seguinte modo:

- a) Participação em aula (eventualmente incluindo trabalho ou exposição): 50%
- b) Frequência: 50%

#### Bibliografia principal

Ana Maria Guerra Martins, *Manual de Direito da União Europeia*, Almedina, 2012

João Mota de Campos, João Luís Mota de Campos, António Pinto Pereira, *Manual de Direito Europeu: o sistema institucional, a ordem jurídica e o ordenamento económico da União Europeia*, 7ª ed., Coimbra Editora, 2014

Paula Vaz Freire, *Mercado interno e União Económica e Monetária: lições de direito económico da União Europeia*, Lisboa: AAFDL, 2013

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.

## Curricular unit sheet

### Law Course

#### Curricular unit

Law of the European Union (Class A)

#### Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

Professor Eduardo Paz Ferreira (2 hours/week)

#### Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

Professor Renato Gonçalves (2 hours/week)

Professor Nuno Cunha Rodrigues (4 hours/week)

Professor Miguel Sousa Ferro (4 hours/week)

Professor Marco Capitão Ferreira (4 hours/week)

#### Learning outcomes of the curricular unit

Provide students with a basic knowledge of European integration and its history, of the institutional framework of the European Union, the sources of EU law and some of the fundamental areas of the EU legal order. Students are also expected to become prepared to interpret and apply the rules of EU law, namely in their articulation with national law, and to recognise the fundamental role and the specificities of EU case-law.

#### Syllabus

##### I. Introduction

1. Presentation of the course
2. Intergovernmental cooperation and integration

##### II. History, general framework and current situation of European integration

3. Pre-history of European integration: empires and dreams
4. Project of European integration
5. Evolution of the Treaties
6. Enlargements of the EU



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

### III. Introduction to the institutional system of the EU

7. EU institutions and their evolution

### IV. O Direito da UE – princípios e fontes

8. Fundamental principles of EU Law

9. Sources of EU Law

10. Primacy of EU Law

11. Direct applicability and direct effect

### V. Jurisdictional protection in the EU

12. National courts as the common courts of the EU

13. Litigation at the ECJ and EGC

### VII. Free movement of goods, services, capital and persons

14. Free movement of goods

15. Freedom of services

16. Free movement of capital – brief reference

17. European citizenship and economic freedoms

18. Schengen and Social Europe

### VIII. European Monetary Union

19. EMU

### IX. Competition policy

20. Introduction to EU Competition Law

21. State aid rules

### Teaching methodologies (including evaluation)

The introductory presentation of the subject matter in the theory classes will rely on the promotion of dialogue and reflection, and it will be complemented by the analysis of an ensemble of preselected documents and judgments of the ECJ in the practical classes. Students are expected to prepare beforehand the documents which will be analysed in each class.

Continuous evaluation will be structured as follows:

- a) Participation in class (possibly including a written assignment or presentation): 50%
- b) Exam: 50%.

### Main Bibliography

Ana Maria Guerra Martins, *Manual de Direito da União Europeia*, Almedina, 2012

João Mota de Campos, João Luís Mota de Campos, António Pinto Pereira, *Manual de Direito Europeu: o sistema institucional, a ordem jurídica e o ordenamento económico da União Europeia*, 7ª ed., Coimbra Editora, 2014

Paula Vaz Freire, *Mercado interno e União Económica e Monetária: lições de direito económico da União Europeia*, Lisboa: AAFDL, 2013